

**Impugnação 10/06/2022 16:44:37**

"1. Trata-se de impugnação a aspectos restritivo da competição aberta e participação no certame licitatório, tanto por criação de prazos exíguos, contrários às possibilidades do contrato e de sua execução, quanto com a fixação de conceito indeterminado referente à urgência suposta. 2. O objeto do contrato envolve atuação de manutenção de centrais telefônicas por praticamente todo o estado de São Paulo, a saber, 85 (oitenta e cinco) localidades, de modo que é preciso, uma logística específica de grande vigência, mas reservada a uma razoabilidade sinalagmática. 3. As três limitações são as que seguem: A – Determinação de manutenção preventiva em TODOS OS LOCAIS, no lapso temporal exíguo de noventa minutos, considerando os 85 (oitenta e cinco) locais de execução de serviços e a continuidade do tema, nos termos do item abaixo extraído do Edital: 4.1. Dos prazos para execução dos serviços: a) serviços de manutenção preventiva deverão ser executados na primeira quinzena do mês, das 8h00 às 09h30, devendo ser agendado previamente com a Fiscalização; B – Determinação de atendimento emergencial (urgente) em 3 (três) horas, em todos os locais de execução de serviços, nos termos do item abaixo extraído do Edital: c) chamados urgentes deverão ser atendidos em até 03 (três) horas, inclusive aos sábados, domingos e feriados, em qualquer horário a ser combinado com a Fiscalização. C – Indeterminação do conceito de urgência e emergência que justifique a obrigação temporal fixada na alínea "c" do item 4.1 supramencionado." A Impugnante prossegue, tecendo considerações sobre a necessidade de planejamento da contratação, deixando expressa sua inferência de que, no presente caso, não teria havido planejamento. E, encerra com o seguinte pedido: "Pelo exposto, requer a ALTERAÇÃO DO EDITAL, tendo em conta o disposto no item 4.1, com imediata majoração dos prazos temporais de atuação, com base em estudos planejados de logística, em conformidade com a realidade do contrato e de sua execução, bem como, a INCLUSÃO no texto do CONCEITO de "chamados urgentes" que gera a necessidade de atuação no prazo especial."

Fechar



Resposta 10/06/2022 16:44:37

No tocante às alegações da empresa, segue a manifestação da área requisitante: "Em resposta à Impugnação apresentada por licitante interessada no EDITAL DO PROAD Nº 5122/2022-1 - Licitação nº: 26/2022, entendemos que o prazo para atendimento para os chamados emergenciais de 03 horas deve ser mantido, visto que o prazo é o de início de atendimento do chamado, que poderá ser iniciado inclusive remotamente, de tal forma que esse prazo deve ser mantido, do contrário não seria razoável as Unidades Trabalhistas que atendem centenas de pessoas por dia, ficarem um período demasiadamente longo sem telefone para se comunicar com o público. Ademais, o argumento de que são várias localidades para serem atendidas não afasta a obrigatoriedade da pontualidade na prestação dos serviços, sendo que a previsão de atendimento para tal deve estar prevista e estruturada nos custos e na logística de cada empresa. Com relação à "subjetividade" na definição dos chamados de emergência, não compartilhamos da mesma opinião da impugnante, visto que os prazos para as manutenções preventivas, corretivas e emergenciais foram todos discriminados após estudo técnico preliminar detalhado. Chamados urgentes serão assim classificados quando a unidade estiver incomunicável e a operadora de telefonia declarar que não se trata de problema com a linha telefônica. O prazo indicado considera atendimento remoto em até 3 horas. Não sendo possível a solução remotamente, a empresa passará a ter o prazo estipulado para as manutenções corretivas." Além de realçar a afirmação da área requisitante acerca da existência de estudos preliminares que conduziram à configuração do objeto na forma apresentada, incumbe ainda a este pregoeiro esclarecer, em desfavor ao quanto afirmado pela impugnante, que o objeto deste certame está subdividido em 6 (seis) grupos, conforme disposto no item 5 do Termo de Referência, anexo ao edital, com o esclarecimento prestado no anexo "A" deste mesmo termo de Referência que indica precisamente as cidades onde estão instalados os equipamentos que compõem cada um desses grupos. Tais grupos observam a distribuição geográfica das Circunscrições de atuação deste TRT pelo estado de São Paulo. Note-se que a licitação por grupo poderá resultar em tantos contratos quantos forem os grupos. Portanto, uma empresa interessada pode oferecer proposta para um grupo ou para todos, a depender de sua capacidade operacional. Tal providência, por si só, já evidencia a preocupação deste TRT com a atacada competitividade do certame. Porém, tratando especificamente da alegada exiguidade de prazo para atendimento dos chamados de urgência e de emergência, este pregoeiro tece as seguintes considerações: Cabe à Administração, discricionariamente, utilizar-se do poder a ela conferido, observados os parâmetros legais, para a edição de atos que atendam ao interesse público, este sempre se sobrepondo ao interesse particular, conforme ratifica o ensinamento do Professor Celso Antônio Bandeira de Melo: "No campo da Administração, deste princípio procedem as seguintes consequências ou princípios subordinados: a) posição privilegiada do órgão encarregado de zelar pelo interesse público e exprimi-lo, nas relações com os particulares..." No presente caso, não diferentemente, esta Administração procedeu aos estudos técnicos, conforme ratifica a área requisitante, e, considerando a essencialidade das comunicações telefônicas para a atuação das diversas áreas deste TRT, especialmente as Varas do Trabalho e Fóruns Trabalhistas dispersos por todo o estado de São Paulo, entendeu por bem reconhecer a necessidade de atendimento de situações emergenciais em até 3 horas. Impende, neste ponto, realçar também o esclarecimento prestado pela área requisitante quanto à definição de situação emergencial, como sendo aquela em que o sistema de telefonia de determinada unidade deste TRT esteja inoperante e a operadora de telefonia (concessionária) houver declarado que não há problemas com as linhas telefônicas. Tal situação prescinde desse esclarecimento, ante sua extremidade e dramaticidade para um órgão público que carece de meios de contato de voz entre seus próprios agentes e também para contato com os cidadãos a quem presta seus serviços. Portanto, em uma conclusão liminar, o conceito de razoabilidade esbarra em interesses antagônicos: o maior prazo possível, tranquilo e confortável para a futura contratada, em contrapartida ao interesse coletivo, de permanente disponibilidade ao dos meios de acesso aos serviços públicos prestados por este TRT. Assim, restando demonstrado, por todo o exposto, que esta Administração, baseando-se nos estudos preliminares que efetuou e buscando ampliar tanto quanto possível a competitividade do certame, amparada plenamente pela legislação pertinente, estabeleceu as regras do presente certame, não reconhecendo, nas razões expostas pela impugnante, motivo para promover qualquer alteração no instrumento convocatório. Por todo o exposto e em conformidade com o quanto dispõe o artigo 24, § 1º do Decreto nº 10.024/2019, acima transcrito, conheço da impugnação impetrada para julgá-la improcedente.

Fechar